

Sumário

1. Introdução	1
2. Direitos Humanos Fundamentais, Tratados Internacionais e o Direito à Saúde	7
2.1. Distinções terminológicas: direitos do homem, direitos humanos e direitos fundamentais.....	7
2.2. Os direitos humanos provenientes dos tratados internacionais ...	15
2.3. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos no sistema normativo brasileiro	19
2.4. A jurisdição constitucional como atividade de efetivação dos direitos humanos.....	27
2.5. Principais mecanismos de efetivação dos direitos humanos fundamentais.....	31
2.6. A saúde como imanente aos direitos humanos fundamentais.....	34
2.6.1. O Direito à Saúde nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos	34
2.6.2. O Direito à Saúde no Ordenamento Jurídico Brasileiro	39
2.7. A saúde das pessoas privadas de liberdade na Bahia	43
3. O Controle de Convencionalidade como Mecanismo Efetivador dos Direitos Humanos	49
3.1. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.....	49
3.2. O conceito e a evolução do controle de convencionalidade na jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos.....	61

3.3. A realização do controle de convencionalidade na perspectiva nacional e internacional.....	71
3.4. O caráter vinculante da jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos na realização do controle de convencionalidade	81
3.5. A obrigatoriedade da realização das espécies de aplicação do controle jurisdicional de convencionalidade	83
3.6 A parametricidade da aplicação do controle de convencionalidade....	87
3.6.1 A parametricidade adotada na aplicação do controle de convencionalidade na República Federativa do Brasil.....	88
3.6.2 A parametricidade adotada na aplicação do controle de convencionalidade na República Argentina	100
3.6.3 A (in)aplicabilidade do controle de convencionalidade no ordenamento jurídico português	109
3.6.4 A (in)aplicabilidade do controle de convencionalidade no ordenamento jurídico espanhol.....	121
3.6.5. A aplicação do controle de convencionalidade em determinados países integrantes do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos	126
3.7 A aplicação do controle de convencionalidade no ordenamento jurídico brasileiro.....	142
3.7.1 Casos concretos que evidenciam a importância do controle de convencionalidade.	143
3.7.2 As espécies de controle das leis e atos normativos a depender da parametricidade adotada.....	150
3.7.3 O Poder Executivo e o Legislativo como aplicadores do mecanismo do controle de convencionalidade	154

3.7.4 A responsabilidade do estado brasileiro na aplicação do controle de convencionalidade.	156
4. O Controle de Convencionalidade de Políticas Públicas	159
4.1. As políticas públicas como tecnologia jurídica governamental.....	159
4.2. A ADPF 45/2004 e a possibilidade de controle judicial de políticas públicas	161
4.3. As espécies de controle de políticas públicas no ordenamento jurídico brasileiro.....	181
4.4. O projeto de lei 8058/2014	184
5. O Controle de Convencionalidade de Políticas Públicas como Mecanismo de Efetivação do Direito Humano Fundamental à Saúde no Sistema Prisional	189
5.1. O estado de coisas inconstitucional e a vulnerabilidade relacionada à saúde de pessoas privadas de liberdade	190
5.2. O controle judicial das políticas públicas de saúde.....	198
5.3. A aplicação do controle de convencionalidade no quadro da saúde de pessoas privadas de liberdade na Bahia.....	204
5.4. O caso Chinchila Sandoval e outros vs. República da Guatemala e a atuação da corte interamericana de direitos humanos no controle de convencionalidade de políticas públicas em matéria de saúde no sistema prisional.....	207
5.5. A representação perante os órgãos do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos e projeto de lei para legitimação do ministério público	213
6. Conclusão	219
Referências.....	225

Apêndice A – Tabelas sobre a Saúde no Sistema Prisional com Dados Extraídos do INFOPEN (SISDEPEN)	265
Apêndice B – Projeto de Lei sobre atuação do Ministério Público no Sentido de Apresentar Representações aos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos.....	275
Anexo I- Tabela Convenção Americana sobre Direitos Humanos	279
Anexo II – Projeto de Lei Sobre Controle e Intervenção em Políticas Públicas	283